

RESENHAS

MEMÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CIDADANIA: EM TORNO DO LEGADO DE VESENTINI

Sérgio Alves de Souza*

Vesentini, Carlos Alberto. *A teia do fato. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo, Hucitec/História Social-USP, 1997.

Não é boa política, mas começemos por um lugar-comum. *Commemorare*: lembrar participativamente, em conjunto. O avesso da comemoração é o esquecimento coletivo. Certas discussões esvaziam-se, envelhecem e desaparecem sem, no entanto, se esgotarem.

Por exemplo, quem se graduou em história em meados da década de 80 deve ainda se recordar de um paradoxo: as discussões a respeito do caráter da colonização (feudalismo, capitalismo, escravismo colonial) e da conseqüente definição das alianças políticas possíveis e necessárias eram tratadas como questão superada, localizada sobretudo nas décadas de 50 e 60, enquanto a seção paulista do PCB apoiava a candidatura do industrial Antônio Ermírio de Moraes para o governo do estado, qualificando-o de nacionalista e progressista, numa evidente retomada da caracterização da burguesia nacional definidora da ação do Partido naquelas duas décadas nas quais ainda se pensavam os rumos da Revolução Brasileira.

O livro de Vesentini, apresentado como tese ao Departamento de História da FFLCH-USP em 1982 (defendida em 1983), provavelmente, é a última análise de conjunto acerca da Revolução Brasileira. Portanto, sobretudo nestes tempos pós-muro de Berlim, algumas discussões soam envelhecidas, principalmente pelo desaparecimento de alguns interlocutores: o PCB, o apelo a 30 como argumento político, Prestes... muitas das personagens e temas com os quais o autor estabelece um diálogo a partir de seu presente político parecem pertencer a um tempo longínquo. O maior fruto historiográfico

* Doutorando em História Social, FFLCH-USP.

do trabalho (e devemos creditá-lo também a Edgar de Decca e seu mais divulgado *Silêncio dos vencidos*, publicado em 1981), a História dos Vencidos esvaziou-se bastante ao longo da década de 80 e, possivelmente, não se encontra hoje um historiador dos vencidos *tout court*. A morte do autor nos obriga a uma versão não revisada, repetindo a estrutura da tese. Entretanto, a obra permanece instigante.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer dois mal-entendidos que eventualmente poderiam ser suscitados pelos parágrafos acima: *A teia do fato* não é uma análise da Revolução Brasileira em um amplo sentido teórico, mas uma leitura centrada na memorização de 30; além disso, o percurso da análise questiona o tema em seus pressupostos, preocupado com suas implicações políticas.

As duas partes da obra – “O império do fato” e “A instituição da Memória” – assumem perspectivas bastante diversas em relação ao objeto: na primeira, o centro da reflexão é o fato Revolução de 30 como algo memorável. Inicialmente, a análise recai sobre a memória pessoal de Alceu Amoroso Lima, na qualidade de participante do processo. O autor não segue o caminho fácil de usar o agente em seu lembrar como ilustração do peso de 30 – a revolução seria tão importante que foi lembrada pelo depoente –, pelo contrário, trata-se de, já nas primeiras páginas, perceber como 30 se impõe de tal maneira que a lembrança pessoal apela a um fato legitimado para dele extrair sua força.

Tal força não se circunscreve às memórias pessoais, tomando as páginas dos jornais: 30 torna-se argumento capaz de legitimar advertências a propósito da situação política do final da década de 70, quando a tese foi escrita, e a ditadura militar, sofrendo pressões a partir de diferentes vieses políticos, começava a se mostrar incapaz de sustentar-se. Analisando diferentes depoimentos e retomadas de 30 feitos pela imprensa, Vesentini vai nos fazendo perceber como, embora existam diferenças de interpretações e de foco – 29, intervenção nos estados, censura, Tenentes – a construção de um marco geral se repete em todos os textos por ele analisados, a ação gravitando em torno de Revolução de 30, tomada como ponto de chegada ou, principalmente, de partida para os acontecimentos.

A segunda parte analisa como a Revolução de 30 torna-se fato e legitima-se a partir de 1930. Continuando uma discussão iniciada no importante e hoje raro artigo “A Revolução do Vencedor”, escrito em parceria com de Decca e publicado em 1976, o autor demonstra como o Estado instaurado a partir da revolução de 30 vai transformando a Revolução de 30 naquele marco indiscutível analisado na primeira parte ao interpretar-se como fundador da cidadania.

O capítulo final, “Revolução ou República” retoma o(s) projeto(s) político(s) do bloco operário e camponês, vislumbrando-o(s) como partido que tenta articular as possibilidades de tomada de um espaço legal de atuação – Eleições e Parlamento – e a militância revolucionária capaz da transformação social. É óbvio que tal perspectiva tem como horizonte as discussões que levaram à fundação do PT, partido cujas propostas iniciais punham na ordem do dia a articulação entre movimento social e atuação parlamentar, campo teórico e político explorado por outros historiadores naquele momento – por exemplo, por Kazumi Munakata na comunicação “O lugar do movimento operário”, apresentada no IV Encontro Regional da ANPUH em Araraquara (SP) em 1978. Questão envelhecida certamente, porém longe de ser superada, sobretudo se pensarmos nas complicadas relações PT-MST-CUT e em um debate político cujo centro é a estabilidade econômica do país (abstraidas as profundas diferenças sociais geradas pelo processo ou anteriores a ele) tomada como condição necessária e suficiente da cidadania nos anos 90.

Hoje, a leitura do texto certamente causa um impacto menor do que quando de sua apresentação, permitindo algumas questões provavelmente despercebidas naquele momento. A primeira delas diz respeito ao tema: é a memória de 30? É a atuação do BOC? É a existência de propostas alternativas à vencedora (ênfase então dada)? Diante desta profusão de temas, as fontes parecem pouco costuradas – livros de memorialistas, entrevistas, relatórios administrativos, artigos da grande imprensa e da imprensa militante, peças de teatro, análises políticas feitas por militantes logo após 30 –, qualquer material que indique a presença dos temas está ali. Apesar desta imensidão, e da ausência de uma discussão teórico-metodológica específica a cada fonte, o texto não cai em divagações, fluindo a partir de uma rigorosa análise dos documentos que, se muitas vezes torna difícil a leitura, garante uma unidade ao texto, articulando as diferentes questões nele tratadas, cujo centro – numa leitura contemporânea – não parece ser a história dos vencidos, mas a produção social da memória, como, aliás, sugere o subtítulo do trabalho.

As discussões sobre memória, feitas intensamente pelos historiadores brasileiros nos últimos anos, têm se pautado sobretudo em Le Goff (especialmente, no volume *Memória/História*, da Enciclopédia Einaudi) e sua postura de impermeabilidade da história em relação às impurezas daquela, passando ao largo de uma questão central na obra de Vesentini: a presença da memória articulando o trabalho do historiador, seja a partir da produção política de fatos, o forjar de “ganchos” aos quais o profissional vai amarrando suas análises, seja pela mais absoluta intocabilidade de determinados temas

e periodizações (neste aspecto, é interessante perceber como a produção historiográfica “dos Vencidos”, se é herdeira de Vesentini, não deixou de circunscrever-se sobretudo ao período anterior a 30, reforçando a periodização questionada pelo autor).

Para o leitor atual, tais questões parecem aproximar Vesentini às “Teses” de Benjamin, texto não citado pelo autor, que afirmava não conhecê-las à época de elaboração da tese. Não há porque duvidar desta afirmação; entretanto, a impressão de uma profunda semelhança entre os dois autores torna necessária uma rápida comparação, levando-se em consideração as influências e citações efetivamente presentes em *A teia do fato*.

Benjamin provinha de uma tradição filosófica e de um momento político inspiradores de uma mistura entre um ceticismo capaz de questionar constantemente as relações políticas do presente e uma esperança retirada da história, depositada na capacidade humana de reconstruir constantemente as relações sociais. Se, muitas vezes, a aproximação do filósofo com a tradição judaica parece aproximar seu pensamento de uma teologia na qual Deus está ausente, em Vesentini encontramos esta mesma mescla entre ceticismo e esperança construída a partir de sua formação de historiador.

A imagem do forjar fatos/ganchos citada algumas linhas acima, e pelo autor, pertence ao Febvre dos *Combates pela História*. É possível ver alguns de seus ecos na dissolução da história factual feita em torno dos *Annales*, sobretudo pós-Braudel. Entretanto Vesentini lhe dá consistência ao torná-la reflexão central de seu trabalho, preferindo, a fugir do fato, travar um combate cujo campo não se limita à historiografia mas se articula politicamente.

A revolução instaurando a si própria como a criação do Político é um tema de Arendt no livro *Sobre a revolução*, bem como a discussão a respeito da separação entre cidadania e questão social – e, neste sentido, a cuidadosa leitura de Vesentini vai além da autora, indicando tal separação não como necessária, mas como construção histórica, articulando-a às discussões sobre autoritarismo existentes no Brasil à época (Chauí e M. S. C. Franco, em *Ideologia e mobilização popular*; e, a primeira, em *Cultura e democracia*), e evidenciando o caráter político da negação do social, sobretudo quando se trata da construção de seu esquecimento – voltando ao forjar fatos.

O problema da memorização e do esquecimento é extraído de Ecléa Bosí (*Memória e Sociedade*), recebendo, porém, maior densidade histórica a partir de Febvre, Hanke lido por Sérgio Buarque de Holanda e, sobretudo, pela produção de historiadores brasileiros de sua geração ou um pouco anteriores (a lista seria imensa, apenas como exemplos, Fernando Novais, em artigos na imprensa especializada e geral, Carlos Gui-

Iherme Motta, em *Ideologia da cultura brasileira*; Arnaldo Contier, em *Imprensa e ideologia*; A. Marson, no ensaio “Reflexões sobre o procedimento histórico”; I. Marson, em *Movimento praieiro*; Rogério Forastieri da Silva, em *Colônia e nativismo...*; além do já citado de Decca).

Se Benjamin não é uma presença direta – e efetivamente não o é – nesta mistura entre historiografia, filosofia e psicologia social podemos perceber alguns de seus ecos nas obras utilizadas por Vesentini. Em Bosi, a versão italiana de “O narrador” (texto de Benjamin que já circulava em português na coleção *Os pensadores* desde o início da década de 70) é largamente utilizada, servindo de parâmetro para suas reflexões sobre a construção narrativa da memória. Chauí cita diretamente as “Teses” em seu prefácio ao livro de Decca (ainda que este tenha sido publicado em um momento no qual *A teia do fato* provavelmente estava bastante adiantado, indica seu conhecimento por esta filósofa bastante citada por Vesentini). Arendt compartilhava com Benjamin – em que pesem divergências teóricas e diferenças de trajetórias pessoais – tradição filosófica e momento político, sendo encontráveis nesta autora a mesma esperança cética – ausentes, como em Vesentini, as implicações teológicas.

Se, por um lado, é possível encontrar em *A teia do fato* pontos falhos, sobretudo no que diz respeito a ser um trabalho datado, no sentido que toda obra tem uma data, a obra articula-se de maneira original a uma tradição crítica do pensamento ocidental cujo esquecimento vem sendo construído globalmente. O texto nos faz lembrar de outras possibilidades de cidadania e de historiografia, sendo, por isso, fundamental.